

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	12
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	13

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	14
10.2 - Resultado operacional e financeiro	21
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	23
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	26
10.5 - Políticas contábeis críticas	28
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	30
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	31
10.8 - Plano de Negócios	32
10.9 - Outros fatores com influência relevante	33

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Política de gerenciamento de riscos

- a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

O processo de gestão integrada de riscos nas empresas Eletrobras é orientado por uma política única e coordenado pela *holding*, de forma a garantir a visão sistêmica dos resultados e sua padronização entre todas as subsidiárias do grupo.

A versão vigente da Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras ("Política de Gestão de Riscos") está aderente às novas demandas de conformidade com leis e regulamentos relacionados às práticas de conduta antiética e corrupção, com o framework COSO 2013, com a Norma ISO 31000:2018, com a Lei 13.303/2016 e com o Decreto 8.945/2016. O documento foi aprovado pela Diretoria Executiva da *holding* e ratificado pelo Conselho de Administração da Eletrobras (Deliberação DEL-209/2019, de 26/09/2019).

b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

i. os riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteger dos riscos inerentes à sua atividade empresarial, que abrangem todos os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

ii. instrumentos utilizados para proteção

Devido a estrutura reduzida da Companhia, a Administração optou pela não implementação de uma estrutura organizacional de controle de gerenciamento de fatores de riscos.

iii. estrutura organizacional de controle

A Administração adota uma estrutura de controle que envolve a Companhia como um todo. Essa estrutura é composta pelo:

- 1) Conselho de Administração, que compete a fixação da orientação geral dos negócios da ELETROPAR, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos;
- 2) Conselho Fiscal, de caráter permanente, que compete, dentre outras funções, fiscalizar os atos dos administradores, verificando o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;
- 3) Diretor Financeiro, de gestão e de Relação com Investidores, que compete, dentre outras funções, propor diretrizes e planos de negócios para a ELETROPAR, de acordo com perfil de rentabilidade e risco da empresa;
- 4) Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança, orientando-se por uma

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à Empresa, fortalecendo seus controles e suas operações;

- 5) Gerente de Compliance, vinculado ao Conselho de Administração, tem como objetivo garantir o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte da Eletropar e seus Colaboradores, Representantes, sócios de joint venture e outras afiliadas.

A Companhia entende que a sua estrutura de controle interno está adequada.

A partir do exercício de 2020, a auditoria interna e compliance passaram a ser realizados pela *holding* Eletrobras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado**

Devido a estrutura reduzida da Companhia e as características de suas operações, (empresa de participações), a Administração optou pela não implementação de política de gerenciamento de riscos de mercado.

A Eletropar não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e não possui operações associadas a instrumentos derivativos tais como "Total Equity Return Swap", entre outros.

A Companhia entende que a sua estrutura de controle interno está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Controles internos

(a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. A Administração não realiza procedimentos específicos para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras.

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. Devido às limitações inerentes, os controles

Internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros.

A Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Departamento de Contabilidade e Orçamento – principal área responsável pelas demonstrações financeiras, subordinada ao Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores, responsável pelo estabelecimento da adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretores e Gerentes envolvidos. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas pela Auditoria Interna.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro 2020, auditados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

(e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não tendo sido identificadas deficiências ou

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

recomendações significativas sobre os controles internos. De acordo com a avaliação da Administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

Direitos e Obrigações com a Eletronet e empresas cedentes (Nota 8)

A Companhia é responsável por gerir a prestação de serviços de telecomunicação realizada pela sua investida Eletronet S.A. ("Eletronet") para as empresas cedentes do Grupo Eletrobras. A Companhia, em 22 de agosto de 1999 firmou contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas junto a Eletronet e Contrato de Cessão de Direito de Uso celebrado entre Companhia e as empresas cedentes tendo como prazo de vigência 20 anos.

Em 20 fevereiro de 2020, foram celebrados aditivos contratuais entre a Companhia e a Eletronet e outro com as cedentes visando, principalmente, a prorrogação do prazo de vigência dos contratos, para até 20 de agosto de 2039. Adicionalmente foram assinados também contratos de confissão de dívida entre a Companhia, Eletronet, LT Bandeirante e as cedentes com objetivo de reconhecer dívida da Eletronet. Os referidos aditivos contratuais tiveram a anuência do Ministério da Economia, através da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimentos e Mercado e a Companhia aguarda a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, o referido contrato assinado no exercício de 2020 excluiu a responsabilidade solidária da Companhia relacionada às obrigações atribuídas à Eletronet.

Atualmente a Eletronet possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e prejuízo acumulado. A Companhia mantém o valor do investimento na Eletronet integralmente provisionado (Nota 10).

Em função dos aspectos acima mencionados, esse assunto permanece como um tema de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação do acordo de acionistas que define as obrigações e direitos destes além da leitura dos contratos, acordo de credores e instrumento de confissão de dívida e confronto dos documentos com os saldos contabilizados na Companhia. Também realizamos o procedimento de confirmação de saldos entre as empresas cedentes e a investida Eletronet e confrontamos com os saldos registrados contabilmente na Companhia.

Adicionalmente, com o auxílio dos nossos especialistas, analisamos os elementos que fundamentam o entendimento dos assessores jurídicos da Companhia, bem como analisamos as condições estabelecidas nos aditivos contratuais.

Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas quanto aos direitos e obrigações entre a Eletronet e as empresas cedentes.

Como resultado dos procedimentos descritos acima, consideramos que o modelo de mensuração e as premissas adotadas pela administração da Companhia são razoáveis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Programa de Integridade

- a) se o emissor possui, regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

As ações da empresa para lidar com as questões relacionadas a fraudes, corrupção e conduta antiética estão fortemente embasadas na implementação do Programa de *Compliance corporativo*, definido no âmbito de todas as empresas Eletrobras.

No segundo semestre de 2016, a empresa estruturou o programa “Eletrobras 5 Dimensões” que representa o compromisso da administração da holding e de suas empresas, com a implantação de diretrizes e práticas rotineiras para lidar com os temas de fraude, corrupção e conduta antiética. Ele operacionaliza o Programa de Compliance através:

- do desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade;
- da análise periódica de riscos de fraude e corrupção;
- da estruturação e implantação de políticas e procedimentos do programa de integridade;
- da definição de ações de comunicação e treinamento;
- do monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades.

O aprimoramento do programa, além de trazer mais robustez às ações de integridade da companhia e representar um avanço no nível de maturidade da empresa, faz parte do rol de atividades que a Eletrobras precisa cumprir para atender às normas legais e regulamentares, bem como evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer.

- (i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as**

Os procedimentos de integridade adotados pelas Empresas Eletrobras estão previstos, principalmente, em seu Código de Ética e pela Política Anticorrupção, ambas aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

- (ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Auditoria Interna foi aprovada na 5ª Reunião do Conselho de Administração da empresa, de 09 de Julho de 2008 e está ligada diretamente ao conselho de administração. Suas principais atribuições:

- Realizar os trabalhos de auditoria previstos no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e emitir relatórios indicando, quando for o caso, as não-conformidades constatadas e as recomendações para corrigi-las, bem como acompanhar a implementação das respectivas ações corretivas;
- Avaliar as minutas de normas e de suas revisões, sob os aspectos de controle Interno.
- Coordenar, orientando e prestando apoio às demais unidades organizacionais da empresa, o atendimento à Controladoria-Geral da União – CGU, ao Tribunal de Contas da União - TCU, e aos demais órgãos de controle, no que concerne às solicitações de informações, diligências e auditorias realizadas por tais órgãos, bem como monitorar as ações destinadas ao atendimento das determinações e recomendações por eles emanadas;

A área de Conformidade da empresa foi definida no novo estatuto aprovado em AGE de 24 de janeiro de 2018, em adequação a nova lei das estatais. Suas atribuições estão definidas abaixo:

- I - a gestão da conformidade no que se refere à adequação a leis, normas e conduta ética;
- II - a gestão de riscos corporativos; e
- III – a gestão do ambiente de controles internos.

Apesar da área de conformidade está prevista no estatuto a única atribuição exercida pela ELETROPAR hoje é a gestão de conformidade que funciona de forma integrada com a auditoria da empresa.

A partir do exercício de 2020, as atribuições de auditoria interna passaram a ser desempenhadas pela área de auditoria interna da *holding*.

A Eletropar segue as exigências estabelecidas pela CVM e, por ser uma empresa estatal, é fiscalizada por órgãos como Tribunal de Contas da União – TCU e pela Controladoria Geral da União - CGU.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia deve observar o Código de Ética, conforme descrição constante do item **i.A** acima.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética e de Conduta é o principal documento norteador da atuação das Empresas Eletrobras, ao expressar e reforçar os compromissos que assumem com seus públicos de relacionamento e formaliza os princípios da conduta profissional no ambiente de trabalho e nas relações de negócios, abordando a governança corporativa, transparência, legalidade, combate à corrupção, tráfico de influência, concorrência, entre outros.

Os empregados tomam conhecimento do Código de Ética logo após a sua contratação. E o mesmo é disponibilizado para todo o público de relacionamento da companhia, desde a contratação de fornecedores a alta administração da empresa.

•se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

A Eletrobras Holding promove treinamentos frequentes acerca do tema através de sua Universidade corporativa para todas as empresas do grupo, seja online ou de forma presencial, para colaboradores, diretores, conselheiros e outras áreas da empresa.

•as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;

De acordo com o Código de Conduta Ética e Integridade o descumprimento, devidamente apurado e comprovado, de algum dos princípios ou compromissos de conduta expressos no Código, poderá resultar na adoção de sanções de caráter educativo ou punitivo, sem prejuízo da adoção de medidas administrativas e/ou judiciais pelas instâncias cabíveis, quando se tratar, ademais, de infrações contratuais e/ou legais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Política de Consequências das empresas Eletrobras estabelece medidas administrativas, disciplinares e de censura ética, bem como penalidades ou ações de remediação como resultado da gestão e do tratamento de denúncias e infrações detectadas, mediante processo regular.

A instância responsável pela apuração e aplicação das sanções éticas são as Comissões de Ética das empresas Eletrobras.

A Política de Consequências das empresas Eletrobras vigente estabelece que as "Consequências" podem compreender: medidas administrativas, penalidades ou ações de remediação como resultado da gestão e do tratamento de denúncias e infrações detectadas, mediante processo regular.

•órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de ética do sistema Eletrobras foi aprovado internamente na ELETROPAR por Resolução de Diretoria de 07 de fevereiro de 2017. Em 2018 o código de ética foi atualizado pela Eletrobras holding e disponibilizado para as suas subsidiárias. A Eletropar disponibiliza o código de ética em seu site através do endereço www.eletropar.com.br

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

•se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

Desde 2008 existe um canal para receber denúncias da parte de qualquer pessoa e relativas a qualquer ato desonesto, antiético ou que fira o Código de Ética e de Conduta da Eletrobras, além de infrações aos controles internos e à auditoria interna e externa.

Esse canal também recebe e trata denúncias dos empregados, demais colaboradores da Eletrobras e da sociedade em geral, sendo assegurado o caráter anônimo da denúncia a critério do denunciante. O acesso ao canal de denúncias pode ser feito pelos websites ou pelas ouvidorias das Empresas Eletrobras.

•se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O serviço está disponível para empregados, estagiários, jovens aprendizes, prestadores de serviços, contratados, fornecedores e todas as pessoas (sociedade em geral) que queiram relatar uma denúncia ou conduta indevida identificada nas empresas Eletrobras.

•se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa fé

As informações registradas no canal de denúncia são recebidas assegurando sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação pela ouvidoria da Eletrobras, não é necessário fornecer informações pessoais para realizar uma denúncia, ela pode ser anônima.

Não há perseguição ou represália aos denunciante, uma vez que toda informação é mantida em sigilo.

•órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

Desde agosto de 2017, todas as denúncias são tratadas com caráter de confidencialidade e compromisso de não retaliação, pelo Comitê do Sistema de Integridade (CSI), que a partir da classificação verificada pelo Canal, avalia, em reuniões semanais, a melhor forma de tratamento dos casos, monitorando prazos e qualidade na apuração, com vistas a gestão do processo desde o recebimento até eventuais responsabilizações, passando por possíveis remediações em controles associados a cada processo alvo de infração detectada.

A área de Gestão de Apuração de Denúncias responde ao Conselho de Administração da Eletrobras – CA, vinculando-se diretamente à Superintendência de Auditoria – CAI.

A Coordenação de Apuração de Denúncias das empresas Eletrobras conta com recursos próprios da Holding, contando ainda com o apoio das empresas por meio da constituição de um grupo de colaboradores formado por empregados de cada uma, com dedicação exclusiva à atividade.

Do ponto de vista estrutural, a Coordenação de Gestão de Apuração de Denúncias, na Eletrobras, apoia as atividades do Comitê do Sistema de Integridade - CSI e como exposto anteriormente está alocada na Auditoria Geral como departamento específico e independente.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Não aplicável.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**5.5. Alterações significativas**

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, bem como no monitoramento que é realizado pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6. Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1. Comentários dos diretores****a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

A Companhia vem apresentando boa saúde econômico-financeira caracterizada pela ausência de endividamento financeiro e alta liquidez, como se identifica a seguir:

	2020	2019
Liquidez Geral	2,31	1,62
Liquidez Corrente	3,01	4,36
Endividamento total sobre Ativo	18,02%	24,10%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	22,22%	-1,35%
Margem Líquida	181,45%	-79,81%

No exercício findo em 2020, identifica-se que 98,9% do ativo da Companhia é representado por disponibilidades financeiras e investimentos em outras companhias. Tais ativos são as principais fontes de receita da Companhia, compostas por rendimentos decorrentes das aplicações financeiras e dividendos, juros sobre o capital próprio e equivalência patrimonial das participações societárias.

b. Estrutura de capital:

A estrutura de capital da ELETROPAR nos períodos analisados apresentou os seguintes indicadores:

	2020	2019	2018
Capital de Terceiros	18,02%	24,10%	18,31%
Capital Próprio	81,98%	75,10%	81,69%

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O índice de endividamento da Companhia é de 18,02% e seu saldo de Caixa e equivalentes monta em R\$ 182 mil em 31 de dezembro de 2020.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento da Companhia decorrem das receitas oriundas de suas aplicações financeiras e das participações societárias mantidas em outras companhias.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não aplicável.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Não aplicável.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A ELETROPAR está inscrita no Programa Nacional de Desestatização – PND. Deste modo, não poderá:

I - alienar elementos do seu ativo permanente ou adquirir bens que nele venham a ser registrados sem prévia autorização do CND, exceto os necessários à manutenção e operação da empresa;

II - contrair obrigações financeiras sem prévia autorização do CND, exceto aquelas necessárias à manutenção e operação da empresa.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS (em milhares de Reais)								
ATIVO	31/12/2018 (a)	AV	31/12/2017 (b)	AV	Variação % ((a-b)/b)	31/12/2016 (c)	AV	Variação % ((a-c)/c)
CIRCULANTE								
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.931	6%	1.868	1%	592%	499	0%	2494%
Títulos de Valores Mobiliários	91.788	40%	95.841	39%	-4%	54.382	25%	69%
Remuneração dos investimentos	1.550	1%	595	0%	160%	2.006	1%	-23%
Ativos fiscais a compensar	1.027	0%	68	0%	1409%	3.193	1%	-68%
Outros Créditos	3	0%	-	0%	100%	-	0%	100%
Contas a Receber com Partes Relacionadas	-	0%	8.293	3%	-100%	1.482	1%	-100%
	107.299	47%	106.665	44%	1%	61.562	28%	74%
NÃO CIRCULANTE								
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO								
Contas a Receber - Eletronet	-	0%	-	0%	0%	1.482	1%	-100%
Ativos fiscais a compensar	-	0%	-	0%	0%	3.609	2%	-100%
	-	0%	-	0%	0%	5.091	2%	-100%
INVESTIMENTOS								
Avaliados por equivalência patrimonial	85.706	37%	76.900	32%	11%	59.059	27%	45%
Avaliados a valor justo	36.408	16%	59.755	25%	-39%	95.320	43%	-62%
IMOBILIZADO								
	18	0%	14	0%	29%	28	0%	-34%
INTANGÍVEL								
	7	0%	17	0%	-62%	19	0%	-65%
	122.139	53%	136.686	56%	-11%	159.517	72%	-23%
TOTAL DO ATIVO	229.438	100%	243.351	100%	-6%	221.079	100%	4%
PASSIVO								
CIRCULANTE								
Remuneração aos acionistas	3.129	1%	9.315	4%	-66%	8.465	4%	-63%
Contas a pagar	10.981	5%	9.322	4%	18%	2.696	1%	307%
Tributos e contribuições sociais	1.060	0%	101	0%	949%	232	0%	358%
Obrigações estimadas	362	0%	407	0%	-11%	348	0%	4%
Provisões para riscos trabalhistas	-	0%	300	0%	-100%	300	0%	-100%
	15.532	6%	19.445	8%	-20%	12.041	5%	29%
NÃO CIRCULANTE								
Imposto de renda e contrib. social diferidos	5.417	2%	4.408	2%	23%	18.961	9%	-71%
Contas a Pagar - Cedentes	21.057	9%	18.461	8%	14%	1.453	1%	1349%
	26.474	12%	22.869	9%	16%	20.414	9%	30%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	118.054	51%	118.054	49%	0%	118.054	53%	0%
Reserva legal	4.875	2%	4.216	2%	16%	2.256	1%	116%
Dividendo adicional proposto	21.731	9%	31.239	13%	-30%	-	0%	100%
Ajustes de avaliação patrimonial	10.171	4%	25.428	10%	-60%	42.919	19%	-76%
Reserva de lucros a realizar	17.093	7%	22.100	9%	-23%	25.395	11%	-33%
Reserva retenção de lucros para investimento	15.508	7%	-	0%	100%	-	0%	100%
	187.432	82%	201.037	83%	-7%	188.624	85%	-1%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	229.438	100%	243.351	100%	-6%	221.079	100%	4%

Caixa e equivalente de caixa e Títulos de valores mobiliários

Na conta “Caixa e equivalente de caixa” estão reconhecidos os valores de banco e as aplicações com vencimento até 90 dias. As demais estão registradas na conta de Título de valores mobiliários. Estas contas sofrem variação à medida que os títulos vão vencendo e sendo adquiridos outros com prazo de vencimento.

A variação positiva de 592% na conta de caixa e equivalente de caixa quando comparado o exercício de 2018 com o de 2017, justifica-se em virtude da proximidade dos vencimentos dos títulos que compõem o Fundo (vencimento até 90 dias).

Remuneração dos investimentos

Nesta conta são classificados os valores declarados no ano à título de dividendos das investidas, e ainda não recebidos. Houve aumento na declaração de dividendos no exercício de 2018, quando comprado ao exercício de 2017.

Ativos fiscais a compensar (Circulante e não Circulante)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em relação à rubrica de ativos fiscais a compensar é possível verificar a ocorrência de uma redução, quando comparado o exercício de 2018 e 2017 com o de 2016. Tal redução é explicada pela utilização dos créditos com a venda das ações da CPFL em novembro de 2017.

Contas a receber com partes relacionadas (circulante) e Contas a receber – Eletronet (não circulante)

A Eletropar possui créditos junto a Eletronet. Esses créditos estavam integralmente provisionados devido a situação de falência da Eletronet.

Em 15 de dezembro de 2015 foi realizada Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S./A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet. Com a aprovação da proposta de quitação das obrigações da Eletronet, a ELETROPAR concordou em conceder um desconto de 76,74% sobre o valor original habilitado da dívida:

Em 23 de dezembro de 2015, a Eletropar recebeu R\$ 9.188 mil como 1ª parcela dos R\$ 13.340 mil, restando o valor de R\$ 4.152 mil a ser pago nos exercícios de 2016 a 2018.

Em dezembro de 2016 recebeu o valor de R\$ 1.384, corrigidos pelo IGPM e ao longo do exercício de 2017 recebeu parcelas mensais de R\$ 115, também corrigidas pelo IGPM, restando o valor de R\$ 1.480 a ser pago em 2018.

Como os créditos junto à Eletronet são derivados do aluguel da infraestrutura e cabos de fibras ópticas das Cedentes, esses créditos estão sendo repassados às Cedentes (CHESF, Eletronorte, Eletrosul e Furnas), descontada a taxa de administração, na mesma data de recebimento pela Eletropar.

A Companhia reconheceu o montante de R\$ 14.671 mil no contas a receber, referente ao valor de utilização dos pares de fibras ópticas para o período de janeiro de 2016 a dezembro de 2017 pela Eletronet, considerando o valor atualizado e corrigido da remuneração do direito de uso estabelecido no memorando de entendimentos (MOU).

A Administração analisando o fluxo de caixa da Eletronet, diante de cartas de conforto da ELETRONET e da LT Bandeirantes, concluiu que em 2017 a Eletronet tinha capacidade financeira de honrar os compromissos estabelecidos no acordo referente ao curto prazo. Já em 2018, com a entrada em vigor do IFRS 9, a Companhia teve alteração em suas provisões quanto aos recebíveis da Eletronet, constituindo provisão de crédito de liquidação duvidosa para a integralidade dos créditos da Eletronet.

Considerando a essência da operação, os contratos celebrados e a atuação da Eletropar como gestora dos interesses entre a Eletronet e as empresas Cedentes do Grupo Eletrobras, os passivos referentes a remuneração do direito de uso, estabelecido no memorando de entendimentos foram, da mesma forma, reconhecidos.

Investimentos

Observa-se um crescimento nos investimentos avaliados por equivalência patrimonial. Esse crescimento é justificado em função da investida da CTEEP. No exercício de 2017 o aumento se justifica pela reversão dos ajustes no PL da investida em função do reconhecimento do passivo atuarial. Em 2018, o aumento justifica-se pelos ajustes no Patrimônio Líquido da investida CTEEP, referentes a operação da classificação do ativo financeiro a receber da RBSE, considerando que, as premissas de mensuração da CTEEP foram diferentes das adotadas pelas Empresas Eletrobras.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A redução nos investimentos avaliados a valor justo justifica-se devido a venda das ações da investida CPFL, em 2017, e Eletropaulo, em 2018.

Remuneração aos acionistas

Corresponde ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios a pagar. Como em 2016 e 2017 a Companhia obteve lucro líquido superior ao do ano de 2018, esta conta apresentou variação negativa.

Contas a pagar (circulante) e contas a pagar – cedentes (não circulante)

Nesta conta são registrados os valores das despesas com pessoal e contratação de serviços prestados em 2018 e não pagos dentro do exercício. Porém, a variação ocorrida entre os exercícios de 2016, 2017 e 2018 é explicada pela variação do contas a receber da Eletronet referente ao acordo de confissão de dívida e apuração do direito de passagem a pagar as Cedentes (Chesf, Furnas, Eletrosul e Eletronorte).

Considerando a essência da operação, os contratos celebrados e a atuação da Eletropar como gestora dos interesses entre a Eletronet e as empresas Cedentes do Grupo Eletrobras, os passivos referentes a remuneração do direito de uso, estabelecido no memorando de entendimentos foram, da mesma forma, reconhecidos.

Em virtude no processo de negociação da renovação do contrato entre a Eletropar e as Cedentes ainda não ter sido finalizado, as cedentes não concordam em receber os valores apurados pela Eletronet, deste modo, o contas a pagar apresenta crescimento.

Reserva legal

Como a companhia obteve lucro nos exercícios de 2016 a 2018, houve constituição de reserva legal.

Reserva de lucros a realizar

Em 2016 o resultado da Companhia foi fortemente impactado pela receita de equivalência da investida CTEEP. Como a equivalência patrimonial não corresponde a parcela do lucro realizado, a companhia optou por constituir a reserva de lucros a realizar.

Em 2018 e 2017, em função dos recebimentos de dividendos da investida CTEEP foi realizada parte desta reserva.

Reserva de retenção de lucros para investimentos

Tendo em vista os desinvestimentos realizados pela Companhia em 2017 e 2018 (venda das ações da CPFL e da Eletropaulo, respectivamente), aquisição de investimentos em 2018, no valor R\$ 7.949 mil e a necessidade de realização de novos investimentos para manutenção da sustentabilidade da Companhia, foi constituída a reserva de retenção de lucros para investimento e/ou expansão.

Dividendo adicional proposto

Nesta conta são lançados os dividendos declarados além do mínimo obrigatório.

Comparação das Principais Contas de Resultado de 2018, 2017 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**
(em milhares de Reais)

	01/01/2018 a 31/12/2018 (a)	AV	01/01/2017 a 31/12/2017 (b)	AV	Variação ((a-b)/b)	01/01/2016 a 31/12/2016 (c)	AV	Variação ((a-c)/c)
RECEITAS OPERACIONAIS								
Dividendos	1.007	6%	691	1%	46%	1.811	5%	-44%
Juros sobre capital próprio	1.381	8%	227	0%	508%	1.030	3%	34%
Participação societária	15.467	87%	21.382	31%	-28%	32.021	91%	-52%
Restituição Receita Federal	10	0%	-	0%	100%	388	1%	-97%
Outras Receitas	-	0%	46.536	68%	-100%	-	0%	0%
	<u>17.865</u>	<u>100%</u>	<u>68.836</u>	<u>100%</u>	<u>-74%</u>	<u>35.250</u>	<u>100%</u>	<u>-49%</u>
DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal, Materiais, Serviços de Terceiros, Tributos e Outras	(6.527)	-37%	(5.851)	-8%	12%	(5.676)	-16%	15%
Reversão (Provisões) operação	(2.595)	-15%	(18.460)	-27%	-86%	-	0%	100%
Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros	-	0%	-	0%	0%	(712)	-2%	-100%
Perda na subscrição	-	0%	-	0%	0%	(474)	-1%	-100%
Reversão (Provisão) processo trabalhista	300	2%	-	0%	100%	(57)	0%	-625%
	<u>(8.822)</u>	<u>-49%</u>	<u>(24.311)</u>	<u>-35%</u>	<u>-64%</u>	<u>(6.919)</u>	<u>-20%</u>	<u>28%</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>9.043</u>	<u>51%</u>	<u>44.525</u>	<u>65%</u>	<u>-80%</u>	<u>28.331</u>	<u>80%</u>	<u>-68%</u>
RESULTADO FINANCEIRO	<u>5.746</u>	<u>32%</u>	<u>5.789</u>	<u>8%</u>	<u>-1%</u>	<u>8.058</u>	<u>23%</u>	<u>-29%</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>14.789</u>	<u>83%</u>	<u>50.314</u>	<u>73%</u>	<u>-71%</u>	<u>36.389</u>	<u>103%</u>	<u>-59%</u>
Imposto de renda e contribuição social	(1.613)	-9%	(11.095)	-16%	-85%	(880)	-2%	83%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>13.176</u>	<u>74%</u>	<u>39.219</u>	<u>57%</u>	<u>-66%</u>	<u>35.509</u>	<u>101%</u>	<u>-63%</u>

Receitas operacionais

A redução nas receitas operacionais, justifica-se pelo fato da receita operacional de 2017 ter sido fortemente impactada pelo ganho na venda das ações da investida CPFL Energia, no mês de novembro de 2017, no montante de R\$ 46.536, já em 2018 o ganho com a venda das ações da Eletropaulo, no montante de R\$ 62.436, foi reconhecido no Patrimônio Líquido, em "Outros Resultados Abrangentes – ORA", em função do CPC 48/IFRS 9. Caso o ganho da venda das ações da Eletropaulo fosse reconhecido como receita em 2018, as receitas operacionais seriam 16,65% superiores a de 2017.

Despesas operacionais

No exercício de 2016 foram reconhecidas perdas no valor de 712 mil nos investimentos na Eletropaulo, devido à queda relevante no valor da cotação de suas ações.

Em relação às Despesas Operacionais, que alcançaram o montante de R\$ 8.822, em 2018, observa-se uma redução de 64% em relação ao exercício de 2017. Cabe destacar que foi reconhecido, no quarto trimestre de 2017, uma despesa no valor de R\$ 10.602 referente a variação identificada na mensuração das quantidades (Km) de par de fibra ótica entre a Eletronet e as Cedentes (Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul) e R\$ 7.858 referente ao risco de crédito do contas a receber de longo prazo do negócio Eletronet. Em 2018 foi revertido o valor de R\$ 5.104 após a convergência de informações sobre a mensuração das quantidades (Km) de par de fibra ótica entre a Eletronet e as Cedentes e reconhecido provisões de R\$ 6.199 referente ao risco de crédito do contas a receber do negócio Eletronet e R\$ 1.500 referente ao complemento da variação identificada na mensuração das quantidades (Km) de par de fibra ótica entre a Eletronet e as Cedentes no exercício de 2018.

Se desconsideramos os efeitos das provisões efetuadas em 2018 e 2017, observa-se um aumento de 6,43% nas Despesas Operacionais de 2018 em relação a 2017. Este aumento justifica-se, principalmente, em virtude da elevação nas despesas com tributos, em função da tributação sobre o reconhecimento de recebimento de Juros sobre o Capital Próprio das investidas, com serviços de terceiros e nas despesas com publicidade legal.

Resultado Financeiro

Embora o valor aplicado esteja maior, devido a redução nas taxas de juros, o resultado financeiro de 2018 apresentou queda em relação aos exercícios de 2017 e 2016.

Lucro Líquido (prejuízo) do exercício

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O resultado da companhia, em 2018 foi menor em relação ao de 2017 devido ao impactado pela receita com a venda das ações da CPFL.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

O resultado da Eletropar é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (aplicação obrigatória definida em Lei).

A Eletropar apresentou no quarto trimestre de 2020, lucro líquido no valor de R\$ 11.522, resultado este, superior ao apresentado no mesmo período do ano anterior, quando a empresa obteve prejuízo de R\$ 1.116. No exercício de 2020, a companhia apresentou lucro líquido de R\$ 45.260, superior ao resultado apresentado no exercício social anterior, quando a empresa obteve prejuízo no valor de R\$ 2.385.

As receitas líquidas totais de 2020, no montante de R\$ 28.291, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, foram 221,11% superiores àquelas auferidas no exercício social de 2019, estas no montante de R\$ 8.810.

O rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial das investidas CTEEP e EMAE e pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pelas demais investidas (EDP Energia e Light) que são avaliadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

(b) Variações das receitas

Apresentamos a seguir a composição das receitas líquidas no exercício social de 2020.

Gráfico 1: Composição da Receita Líquida Total:

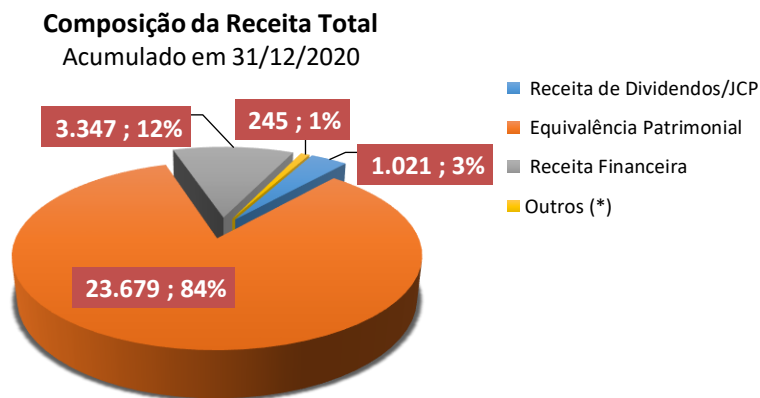
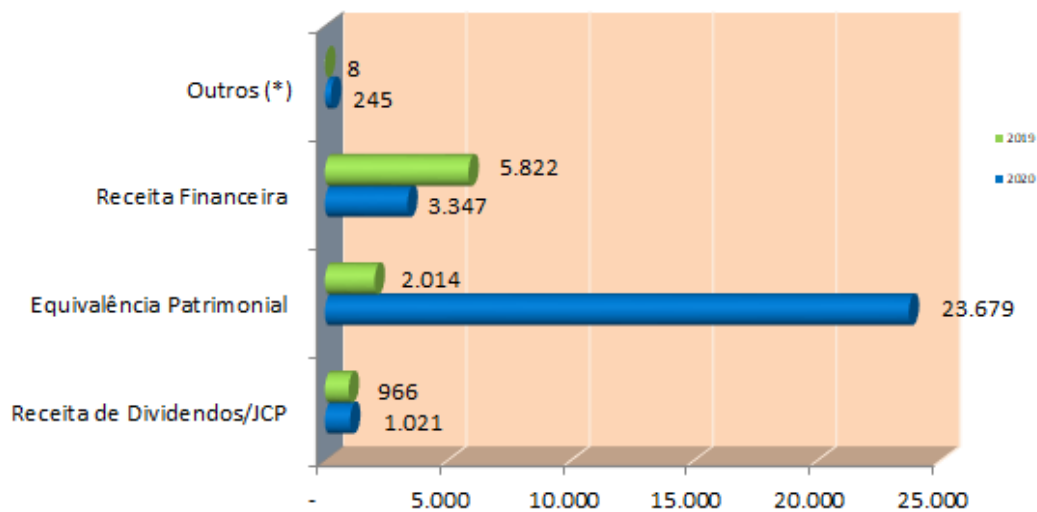
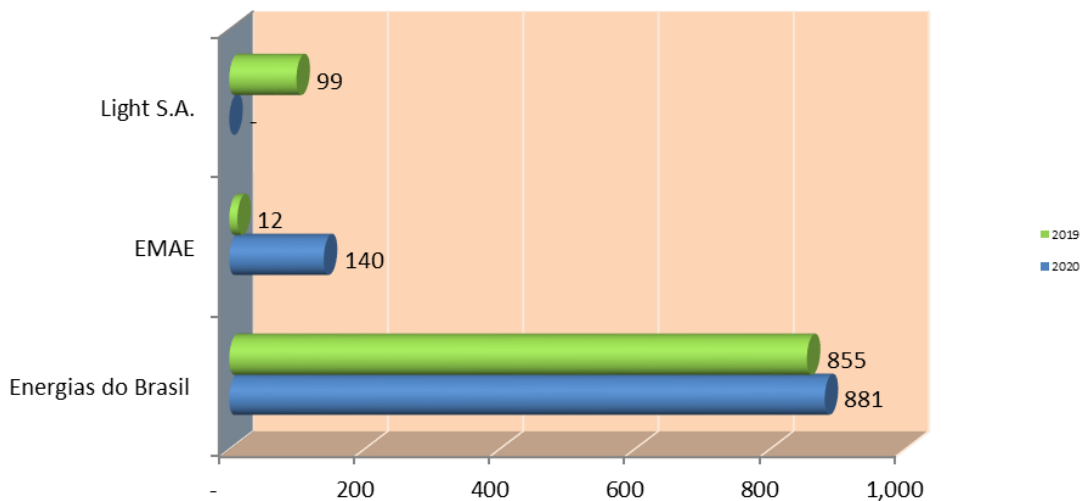


Gráfico 2: Comparativo 2020 versus 2019 – Receitas Líquidas Totais

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Gráfico 3: Comparativo 2020 versus 2019 - Receita de Dividendos/JCP por investida****(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.**

O Resultado Financeiro em 2020, no montante de R\$ 2.707, que reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil e Caixa Econômica, apresentou redução de 41,37% quando comparado ao apurado no exercício de 2019, cujo valor foi de R\$ 4.617. Tal efeito pode ser explicado pela queda na taxa Selic que rentabiliza os fundos.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****a. introdução ou alienação de segmento operacional.**

Até a data deste Formulário de Referência não foram introduzidos ou alienados quaisquer segmentos operacionais nas atividades da Companhia além daqueles já divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais.

A Eletronet S.A. é uma empresa domiciliada no Brasil, com sede no estado do Rio de Janeiro, controlada pela LT Bandeirante Empreendimentos LTDA. Sendo a Eletropar acionista minoritária, representando as Cedentes, com 49% das ações da companhia. Com o agravamento da situação financeira da Eletronet, em 16 de maio de 2003, foi deferida a sentença de falência da companhia com continuação de negócios.

A companhia permaneceu neste processo de falência com continuação de negócios até o dia 15 de dezembro de 2015, quando foi realizada a Assembleia Geral de Credores, com a aprovação do acordo para quitação das obrigações da Eletronet e o levantamento da falência.

Após assumir a companhia, os administradores empenhados no sentido de reverter a sua situação financeira e operacional vêm adotando medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações.

Atualmente a Eletronet possui capital circulante líquido negativo, (passivo a descoberto) e prejuízo acumulado. A renovação dos contratos ECE-1165/99 e ECE-1166/99, ocorrida em 20 de fevereiro de 2020, é fundamental para a continuidade normal das operações da Eletronet, bem como, para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

No dia 23 de outubro de 2020, foram aprovadas pela administração da Eletronet as Demonstrações Financeiras de 2020.

Segue abaixo a Demonstração das mutações do passivo a descoberto do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

	Capital Social	Lucro (Prejuízos) acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo em 31/12/19	321.387	(486.573)	117.704	(47.482)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	8.917	(8.917)	-
IR e CSLL s/ ajuste de Aval. Patrim.	-	(3.032)	3.032	-
Prejuízo do exercício	-	(45.319)	-	(45.319)
Saldos em 31/12/20	321.387	(526.007)	111.819	(92.801)

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Foram realizados ajustes na Demonstração do passivo a descoberto da Investida para fins de adequação às políticas e práticas contábeis da Eletropar, conforme abaixo:

✓ Desconsideramos a reavaliação patrimonial realizada decorrente da contabilização dos efeitos da aplicação do custo atribuído (deemed cost) ICPA 10 inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS decorrentes da avaliação realizada por peritos independentes. Desta forma, não estamos considerando o efeito líquido desse registro de diminuição do passivo a descoberto da investida em R\$ 111.819, sendo R\$ 135.360 relativos ao exercício de 2016, amortização em 2017 no montante de R\$ 5.885, em 2018 no montante de R\$ 5.885, em 2019 no montante de R\$ 5.886 e em 2020, no montante de R\$ 5.885.

Adicionalmente, informamos que conforme a incerteza da continuidade operacional da investida, reportada em relatório de auditoria das demonstrações financeiras da Eletronet, com parágrafo de ênfase, emitido em 12 de fevereiro de 2021, a Eletronet possui capital circulante líquido negativo (passivo a descoberto) e prejuízo antes dos impostos. Os planos da administração para a liquidação das dívidas de curto prazo, bem como para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do plano de reestruturação presente no plano diretor, que inclui a renovação do contrato de concessão para utilização da infraestrutura de transmissão de energia elétrica das empresas do Sistema Eletrobras, do acordo de acionistas e da adesão ao Plano Especial de Regularização Tributária – PERT, em conformidade com a Lei nº 13.496/17.

Considerando os ajustes apresentados acima, a posição da Eletropar na investida está demonstrada abaixo:

Participação da Eletropar no passivo a descoberto ajustado da Eletronet

	Eletronet	Partic. 49%
Passivo a descoberto 31/12/20	(92.801)	(45.473)
Ajuste alinhamento políticas contábeis	(111.819)	(54.791)
Saldo ajustado em 31/12/20	(204.620)	(100.264)

Como a Eletronet é uma coligada da Eletropar, conforme CPC 18, deve ser aplicado o método de equivalência patrimonial para contabilização deste investimento.

De acordo com o item 38 e 39 do CPC 18, quando a participação do investidor nos prejuízos do exercício da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida.

Como a Eletropar não realizou pagamento em nome da investida e não incorreu em obrigações legais ou construtivas (inclusive item vetado, na cláusula 2.3 do acordo de acionista), não cabe provisão de perdas adicionais, mantendo-se apenas o valor do investimento integralmente provisionado (saldo zero).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras de 2020 foram preparadas consistentemente em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, salvo disposição em contrário.

A Companhia adotou as normas do CPC 06 (R2) /IFRS 16 – Leases (Arrendamentos) e ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments) que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia aplicou alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. O impacto da adoção de novas normas e interpretações, bem como as novas políticas contábeis são divulgadas a seguir:

a) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Leases (Arrendamentos)

A Companhia aplicou, em 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2) /IFRS 16 – Leases (Arrendamentos), que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros até então aplicada de acordo com o CPC 06 (R1) /IAS 17.

A Companhia avaliou os requerimentos da norma e não identificou impacto quando da sua adoção em 1º de janeiro de 2019.

b) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos do imposto de renda sobre o lucro. A Interpretação requer que a Companhia: (1) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e (2) avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização pela Companhia. Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil. A Companhia avaliou os requerimentos da norma e não identificou impacto quando da sua adoção em 1º de janeiro de 2019.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

No relatório dos auditores independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 19 de março de 2021, opinião sem ressalva, sobre as demonstrações financeiras da Eletropar referentes ao exercício de 2020, constam como principais assuntos de auditoria:

"Direitos e Obrigações com a Eletronet e empresas cedentes (Nota 8)"

Em 20 fevereiro de 2020, foram celebrados aditivos contratuais entre a Companhia e a Eletronet e outro com as cedentes visando, principalmente, a prorrogação do prazo de vigência dos contratos, para até 20 de agosto de 2039. Adicionalmente foram assinados também contratos de confissão de dívida entre a Companhia, Eletronet, LT Bandeirante e as cedentes com objetivo de reconhecer dívida da Eletronet. Os referidos aditivos contratuais tiveram a anuência do Ministério da Economia, através da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimentos e Mercado e a Companhia aguarda a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, o referido contrato assinado no exercício de 2020 excluiu a responsabilidade solidária da Companhia relacionada às obrigações atribuídas à Eletronet.

A Eletronet, uma investida da Companhia, possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e prejuízo acumulado. A Companhia mantém o valor do investimento na Eletronet integralmente provisionado (Nota 10), todavia sem provisão adicional para o passivo a descoberto.

Em função dos aspectos legais relacionados aos contratos e acordos entre as partes, e das repercussões que esse tema poderia ter nas demonstrações financeiras, esse assunto foi considerado como um tema de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação do acordo de acionistas que define as obrigações e direitos destes além da leitura dos contratos, acordo de credores, "memorando de entendimentos" e instrumento de confissão de dívida e confronto dos documentos com os saldos contabilizados na Companhia. Também realizamos o procedimento de confirmação de saldos entre as empresas cedentes e a investida Eletronet e confrontamos com os saldos registrados contabilmente na Companhia.

Adicionalmente, com o auxílio dos nossos especialistas, analisamos os elementos que fundamentam o entendimento dos assessores jurídicos da Companhia, apresentados na opinião legal sobre as obrigações solidárias, bem como verificamos se as condições estabelecidas no contrato original e no memorando de entendimentos foram consideradas.

Observamos que as divulgações efetuadas pela administração estão em linha com os documentos e informações apresentadas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas e julgamentos contábeis para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações.

Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas e premissas contábeis críticas referentes à seleção da vida útil do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para passivos contingentes, teste de impairment, base de determinação do ativo financeiro de concessão, cálculo atuarial de benefícios pós-emprego e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A Administração adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, de acordo com a Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está reconhecida em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, em conformidade com as normas vigentes. Portanto, os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nas Demonstrações Contábeis podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento efetuado.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

Ativo e passivo fiscal diferidos

As estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências.

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A Companhia registra provisão sobre contas a receber que a Administração entende haver incerteza quanto ao recebimento, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

No PDNG 2019-2023 há previsão de R\$ 44.178 mil de investimentos em participações societárias, com a utilização de recursos próprios, oriundos da remuneração dos investimentos.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos.

c. novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Item não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 Outros fatores com influência relevante**

A Companhia não possui outros fatores com influência relevante sobre as suas demonstrações financeiras.

Não há na Eletropar despesas com patrocínio, parcerias e convênios. As despesas com publicidade correspondem apenas as despesas com publicidade legal, que são as despesas com publicações das demonstrações financeiras, edital de licitação, extrato de contrato e edital de convocação de Assembleia.

Segue abaixo as despesas com publicidade Legal (R\$ mil):

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Publicidade legal	633	686	987